



DR. JESSEIR ALCÂNTARA



## O PODER JUDICIÁRIO E A TARTARUGA

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil estabelece em seu artigo 2º: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” Assim, o Poder Judiciário goza de autonomia e independência.

São órgãos do Poder Judiciário: Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Muito se fala a respeito da morosidade da Justiça. Alguns comparam o Poder Judiciário apostando uma corrida com a tartaruga e esta ganhando o páreo com enorme distância à frente.

Triste e vergonhosa comparação. Mas, muitas vezes não podemos deixar de admitir que tem certa parcela de verdade.

No Brasil, o fenômeno da lerdeza detectado há várias décadas, passou a constituir numa preocupação permanente. Creio eu que algumas circunstâncias cooperam para essa lentidão: excesso de leis em nosso País, a burocracia, inúmeros recursos protelatórios disponíveis, falta de um melhor aparelhamento material, mentalidade retrógrada, Poder elitista, etc. Essas são somente algumas situações dentre milhares de outras.

Ainda temos no Poder Judiciário em vários locais no Brasil o uso da arcaica máquina de escrever sendo utilizada em cartórios e fóruns em plena era da informática. Autos de processo ainda são amarrados com barbantes. Papéis não podem faltar nas mãos do escrivão, escrevente, magistrado, advogados e promotores. O processo judicial digital agora é que está chegando ao meio forense. Tudo isso contribui negativamente para que a Justiça seja lenta e perca a corrida para o quelônio.

Segundo dados de uma pesquisa, o cartório é responsável por 80% do tempo consumido nos processos judiciais. Foram analisados quatro cartórios judiciais no Estado de São Paulo (dois na capital e dois no interior), sendo detectados os seguintes problemas: registros duplicados (no computador e no papel), um computador para dois usuários (em média), nem todos os micros ligados em rede. Estes equipamentos são distribuídos conforme a hierarquia e não por exigência da função.

Outro dado importante revelado na pesquisa é que, 56,5% dos servidores entrevistados dizem não se sentir estimulados para o trabalho. Também foi detectado que um dos fatores desta falta de estímulo é a incapacidade de colocar os processos em dia. O estudo ressalta que os juízes não mantêm um bom relacionamento com os subalternos, fato apontado por 79,3% dos pesquisados.

Fala-se com bastante frequência em reforma do Poder Judiciário, para que seja o mal extirpado, e a sociedade possa contar com uma prestação jurisdicional rápida condizente com os tempos em que vivemos. A bem da verdade não se trata de uma reforma no Poder Judiciário, mas de várias reformas. Sua complexidade é de tal amplitude e os interesses são tantos, que o bom senso está a indicar que a tarefa deveria ser efetuada por etapas. Acreditamos que se o trabalho for executado paulatinamente, as dificuldades serão menores e num futuro não muito distante, far-se-ia uma consolidação das partes reformadas e teríamos um Poder Judiciário funcionando de acordo com as necessidades de nosso País e com os anseios do povo.

O povo brasileiro, por sua tradição não é infenso à luta pela solução de seus problemas. É da tradição do Brasil, desde os tempos em que se viu liberto da condição de colônia, conhecer e solucionar seus problemas.

Mesmo sendo magistrado posso ser parte, como cidadão comum, em processo no âmbito cível, por exemplo. Isso não gera nenhum problema e nem me impede de julgar. Sou autor em duas demandas na esfera cível na Comarca de Goiânia. Tenho em andamento uma ação de indenização e uma outra ação de nulidade de cláusula contratual contra uma empresa petrolífera e contra uma instituição bancária, respectivamente.

Os dois feitos tramitam há mais de sete anos em primeira instância e até hoje não consegui por fim ao litígio. Às vezes fico frustrado e chego a perder as esperanças naquele Poder pelo qual eu luto e me dedico 24 horas por dia, mesmo tendo uma personalidade de pessoa que sempre pensa positivamente. Chego a pensar: como acreditar num Poder que é a última esperança para um cidadão?! Fico imaginando o coitado do pobre que depende de uma decisão judicial para ter sua sobrevivência muitas vezes. Entretanto, as forças renascem quando vejo que o Judiciário ainda têm pessoas de bem, corajosas, honestas e cumpridoras do dever. Pessoas que ainda labutam com prazer e se satisfazem com a prestação jurisdicional concluída de maneira célere.

JESSEIR COELHO DE ALCÂNTARA  
JUIZ ELEITORAL, PROF. DE PÓS-GRADUAÇÃO E OFICIAL DA IGREJA.